

RECAUDO DE SARNEY A CREDORES

Ele diz que a atitude dos bancos credores pode levar o País a uma situação de confronto

Os bancos estrangeiros tentam isolar o Brasil na questão da dívida externa. Esta estratégia não é nada prudente e pode levar a uma verdadeira situação de confronto com a comunidade financeira internacional, coisa que o governo tem, até aqui, procurado evitar. Este alerta foi feito pelo presidente José Sarney ao presidente da República Federal da Alemanha, Richard Von Weizsäcker durante um jantar no Palácio da Alvorada, domingo último. Sarney está convicto de que o presidente alemão vai se encarregar de transmitir seu alerta a outros dirigentes das nações desenvolvidas.

O Brasil atravessa, segundo disse Sarney ao presidente da RFA, um momento muito delicado de reconstrução da vida democrática e das suas instituições. Trata-se de um país muito sensível que tem no momento sua Constituição praticamente em aberto. Um confronto com o sistema financeiro internacional, neste exato momento, pode trazer sérios riscos de instabilidade interna ao País. "Não é prudente tentar isolar o Brasil", disse, enfático, o presidente Sarney.

Para o presidente, os banqueiros não sairiam ganhando numa situação de confronto com o País. Pelo contrário, perderiam tudo. Pois esta situação de confronto despertaria os ânimos de muitas forças políticas que o conduziram a uma radicalização de suas posições, tornando as negociações absolutamente impossíveis com os banqueiros.

A moratória brasileira foi decretada para que o País ganhasse espaço para a negociação da sua dívida externa, diante das crescentes dificuldades econômicas agravadas, da excessiva carga do serviço da dívida e da consequente exaustão das suas reservas internacionais.

Foi exatamente por não querer um confronto com a comunidade financeira internacional que o Brasil não adotou antes a moratória, quando ainda detinha um nível de reservas internacionais de US\$ 11 bilhões. A suspensão do pagamento dos juros, segundo disse Sarney ao presidente alemão, somente foi adotada quando a situação



Sarney despede-se de Von Weizsäcker em Brasília

Estratégia dos banqueiros: isolar o Brasil.

A tática dos banqueiros para tentar enfraquecer o poder de barganha do Brasil consiste, no entendimento do presidente José Sarney, em uma tentativa de isolar o País no panorama financeiro internacional. Isto é feito, fundamentalmente, apressando-se as negociações com os outros devedores, fechando os acordos de qualquer maneira, mesmo que se tenha de voltar a discuti-los mais tarde.

A tática consiste em criar, perante a opinião pública internacional, uma imagem adversa do Brasil. Uma tentativa de mostrar que a dívida externa brasileira é um caso isolado, o que, segundo se entende no Palácio do Planalto, é uma visão inteiramente falsa.

O Brasil, segundo o próprio presidente Sarney, nunca foi um caso isolado no que se refere à dívida externa. O caso da dívida é, no seu entendimento, um problema mun-

dial que vem agredindo as pretensões de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo desde 1980.

Para o presidente Sarney, a questão da dívida externa tem de ser vista sob um contexto internacional, como resultado final de um processo de empobrecimento das nações devedoras, muitas delas eternas exportadoras de matérias-primas e eternas importadoras de produtos sofisticados e de tecnologias. Aliás, o presidente acha que já discorreu sobre esta questão, quando do seu pronunciamento perante a Assembleia da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ali, o presidente Sarney reiterou que a

questão da dívida externa do Terceiro Mun-

do não era técnica, mas política. Não era um

problema da estrita competência dos devedores e dos bancos credores, mas uma ques-

tão para ser discutida entre todos os governantes do mundo, em busca de uma saída e

de uma ordem econômica internacional mais justa. De lá para cá, segundo se diz no Palácio do Planalto, tem sido um esforço constante do governo brasileiro o de trazer os governos dos países ricos para a discussão sobre a dívida externa do Terceiro Mun-

do. Dentro deste aspecto que se deve inserir a moratória brasileira.

Os demais devedores importantes do Terceiro Mundo tiveram suas negociações apressadas após a declaração de moratória pelo Brasil: o México, com US\$ 107 bilhões de dívida, a Argentina com US\$ 52 bilhões, a Venezuela, com US\$ 35 bilhões, e as Filipinas, com US\$ 28 bilhões.

Para o presidente Sarney, a tentativa de isolar o Brasil, feita pelos banqueiros internacionais, não é um gesto sensato. Não se devem criar dificuldades para que o devedor pague os seus débitos.

► da dívida externa do País se tornou inegavelmente insuportável.

Sarney explicou que, após a Primeira Grande Guerra, o Tratado de Versalhes impôs à Alemanha um encargo de reparação de guerra da ordem de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Este nível de remessa remoou a alma alemã e foi um fator gerador de grande revolta, que desaguou na Segunda Guerra Mundial. Pois bem: os alemães, com razão, não aceitavam remeter para o Exterior 2,8% do seu produto. E o que dizer do Brasil, que estava remetendo como serviço da dívida para o Exterior 5,5% do seu PIB?, indagou Sarney.

Sarney disse que o Brasil quer negociar sua dívida externa, mas em condições suportáveis e que não venham a comprometer nem a soberania do País nem atrofiar o seu crescimento econômico. E é exatamente para manter esta posição de não abrir mão nem da soberania nem do crescimento que o Brasil se recusa terminantemente a aceitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), disse Sarney. O Brasil, para Sarney, vive hoje um momento muito delicado e, justamente por isto, tem limites muito estreitos. E faz um apelo às nações ricas, no sentido de que não forcem estes limites. Não queiram pôr à prova o Brasil, pois esta seria uma atitude contraprodutiva.

"Firmeza e decisão"

Depois, já em pleno voo com destino à Argentina, o presidente alemão transmitiu mensagens a seu colega brasileiro dizendo ter percebido o dinamismo "que aponta para o futuro do País" e fez votos para que Sarney siga o caminho da "firmeza e decisão" para superar as dificuldades econômicas. "Desejo — disse quando se preparava para deixar o espaço aéreo brasileiro — de todo o coração que os esforços de Vossa Excelência sejam coroados de pleno êxito". Durante sua curta permanência em Brasília, Weizsäcker disse que a Alemanha Ocidental confia no Brasil, tanto assim que se tornou seu segundo parceiro comercial e segundo maior investidor estrangeiro.

Como podemos ir ao FMI

O presidente José Sarney poderia ver-se forçado a uma reforma total de seu Ministério, mediante a renúncia coletiva de seus ministros, como forma de abrir caminho para o Brasil recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com saída do ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Na opinião de um importante ministro, com transito no Gabinete do presidente da República, o Brasil não terá outra saída a não ser recorrer ao FMI, mas a dificuldade atual de se chegar a um entendimento está na insistente retórica do ministro da Fazenda, ao garantir que o Brasil nunca mais recorrerá àquele organismo internacional.

Embora as autoridades reconheçam a reduzida influência do governo norte-americano sobre os bancos privados, não será na regulamentação do Federal Reserve, há a expectativa de que, em caso de confronto, uma solução política seja encontrada com a participação dos diplomatas. Nesse sentido, o embaixador brasileiro em Washington, Marcilio Marques Moreira, terá uma participação cada vez mais saliente no processo de negociação.

Embora com a ressalva de que desconhece o pensamento do presidente Sarney a respeito da ida do Brasil ao FMI, esse ministro disse que não se comprehende a resistência ao Fundo Monetário Internacional mesmo porque o Brasil é um país membro.

Ele lembrou que o governo já recebeu sinais evidentes de credores internacionais de que um acordo só será possível com a aval do FMI e, por isso, "se não houver outra alternativa, o presidente Sarney se verá obrigado a promover uma reforma ministerial global com a renúncia coletiva de todos os ministros", conforme vem pregando o titular da pasta do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz.

A reforma ministerial global incluiria a saída do ministro Dilson Funaro e só deverá poupar os seis ministros militares. Com esta alternativa, estaria aberto o caminho para o Brasil ir ao FMI e pouparia o presidente Sarney do constrangimento de demitir alguns ministros, com os quais mantém estreitas laços afetivos ou compromissos de ordem moral.

Este é o caso, por exemplo, do ministro da Agricultura, Iris Rezende, que deixou o governo de Goiás para aceitar um convite pessoal do presidente, quando poderia ter concorrido ao Senado Federal, com fortes chances de sair vitorioso. Em escala menor, problema semelhante enfrenta o presidente em relação ao ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, que deixou a Prefeitura de Cuiabá.

O presidente Sarney, revelou o ministro, já sabe o que pretende para a economia, assim, um possível substituto de Funaro, saindo dos quadros do PMDB ou do PFL, já viria sabendo qual o projeto econômico do presidente. Este projeto não é necessariamente o plano Sayad, que o presidente Sarney leu e sobre o qual não emitiu nenhuma opinião. A falha mais significativa, analisou o ministro é anunciar que os preços seriam congelados a partir de maio, provocando com isso um aumento desnecessário, "porque muitos empresários não querem ser surpreendidos e acham que o plano do Sayad é um plano do governo, quando não passa de uma proposta de um ministro da área econômica".

Petrobras repete Maluf

Depois do fracasso da Paulipetro, agora é a Petrobras que está pesquisando o solo do Pontal. Tanta encontrar petróleo, o que, embora tendo gasto Cr\$ 1,5 trilhão, o consórcio Cesp/IPT não achou. Os técnicos já chegaram à região e diariamente enviam relatório ao Rio de Janeiro, via telefone. Foram abertos alguns postos e o de Cuiabá Paulista, lacrado ao atingir 5.146,6 metros, chegou a revelar sinais da presença de gás que o ex-governador Paulo Maluf divulgou como a nível comercial, enganando-se.

Acampados a 12 quilômetros de Cuiabá Paulista, distrito do Mirante do Paranapanema, os técnicos da Petrobras animam novamente o Pontal, região bastante pobre. O encontro de petróleo significaria a sua redenção econômica, diziam prefeitos e vereadores no tempo da Paulipetro. Os técnicos estendem as pesquisas a áreas fora das escolhidas pelo consórcio desaparecido. Estão atuando, por exemplo, na fazenda Água Sumida, que o governo federal incluiu no Plano da Reforma Agrária.

A Paulipetro vasculhou uma área de 120 quilômetros quadrados, chegando até a Floresta do Morro do Diabo. A presença das máquinas da empreiteira no lugar provocou reação nos ecologistas, que levou o Instituto de Pesquisas e Recursos Naturais a determinar a suspensão das sondagens realizadas com potentes máquinas.

ESPERANÇA: OS EUA.

Planalto acredita em intervenção a nosso favor

O governo brasileiro está convencido de que, em determinado momento, o governo dos Estados Unidos intervirem no sentido de evitar um confronto de proporções irreversíveis com os banqueiros privados e a exposição do País a uma situação de default. Esse convencimento, segundo fontes do Palácio do Planalto, deriva da constatação de que não há, da parte de Washington, nenhum interesse em perturbar as relações com o Brasil, País que desempenha papel importante na estratégia global dos Estados Unidos na América Latina.

Lembram os informantes que o presidente Reagan deixou clara, nas conversas com o presidente Sarney, em Brasília e em Washington, a preocupação em ajudar o de-

senvolvimento do País e buscar soluções de consenso para o contencioso comercial. A despeito das pressões dos grandes grupos industriais americanos, o presidente norte-americano tem adiado o quanto pode qualquer medida de retaliação contra a posição intransigente do Brasil na defesa da reserva de mercado para a indústria nacional de informática.

O fato de o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no seu giro recente pelo mundo, ter buscado entrevistar-se com o Departamento de Estado — ele desejava avistar-se com Shultz, mas como o secretário estava a caminho de Paris para a reunião dos sete grandes, reuniu-se com o subsecretário para Assuntos Latino-Americanos, Whitehead — de-

monstra, segundo as mesmas fontes, o interesse do Brasil em manter a cúpula do governo norte-americano, e não apenas a Secretaria do Tesouro, informada sobre os passos que o País resolveu dar para mudar, qualitativamente, os termos da negociação externa.

Embora as autoridades reconheçam a reduzida influência do governo norte-americano sobre os bancos privados, não será na regulamentação do Federal Reserve, há a expectativa de que, em caso de confronto, uma solução política seja encontrada com a participação dos diplomatas. Nesse sentido, o embaixador brasileiro em Washington, Marcilio Marques Moreira, terá uma participação cada vez mais saliente no processo de negociação.

Atitude do Citicorp assusta até os credores

A guerra de nervos entre a comunidade bancária internacional e o Brasil pode aumentar, como afirmou ao *The Wall Street Journal* o vice-presidente executivo do Bank of Boston, Clark Miller.

O passado pelo Citicorp (a advertência de que pode reclassificar seus empréstimos brasileiros, mudando-os para uma categoria em que não rendem juros) vai gerar mais ansiedade entre os bancos que deram grandes créditos ao Brasil". A expectativa é de que outros bancos adotem a mesma estratégia.

Até agora, além do Citicorp, só o Bankamerica anunciou que poderá subtrair de seus ganhos os juros dos pagamentos suspensos pelo Brasil no mês passado. Sua declaração foi enviada na sexta-feira à Comissão de Controle Bancário do Governo dos Estados Unidos.

O Bankamerica não especificou o impacto que a reclassificação da dívida brasileira provocaria em seu balanço, mas confirmou que o total que tem emprestado ao Brasil, a longo prazo, é de cerca de 1,5 bilhão de dólares. Já o Citicorp, sim: registra uma perda de 50 milhões de dólares, no primeiro trimestre, e de 190 milhões de dólares, o ano todo.

Alguns bancos credores mostram-se um tanto céticos com o passo dado pelo Citicorp e Bankamerica, segundo uma sondagem feita pelo *The Wall Street Journal* e publicada ontem em página e meia, separadas, dedicadas ao Brasil.

Os investimentos de capital feitos durante os anos vinte, durante o boom, permaneceram sem aproveitamento durante muito tempo. Um exemplo clássico é o Empire State Building, terminado em 1929, mas que nunca ficou completamente ocupado antes de 1939. A analogia mais alarmante entre a Grande Depressão e o presente, afirma Kindleberger, é "na organização e na liderança da economia mundial".

A sua explicação dos motivos pelos quais as depressões do passado foram tão amplas e profundas e de longa duração é que, nenhum país assumiu uma posição de lider econômico e financeiro.

"Os enormes déficits (orçamentário e comercial) impedem que os Estados Unidos adotem uma política fiscal mais estimulante.

Kindleberger, afirma que a política monetária precisa fornecer um estímulo mais forte ao crescimento econômico, principalmente reduzindo consideravelmente as taxas de juros. Mas a Reserva Federal, preocupando-se com o perigo de colocar o dólar numa situação de queda livre, e de gerar a inflação, está resistindo a esse conselho.

H. Robert Heller, o novo especialista internacional da Reserva Federal, afirma que a principal tarefa do banco central norte-americano é preservar uma estabilidade dos preços e que não se pode esperar que ele "resgate o país ou o mundo inteiro da situação em que se encontram".

Num recente discurso proferido no Banco da Reserva Federal em Atlanta, Heller disse: "Sem uma disciplina dos preços, será impossível competir eficientemente no Exterior e acabaremos colocando em perigo a nossa expansão doméstica". Ele argumentou que, se as forças inflacionárias conseguissem um novo impulso nos Estados Unidos, "nós poderemos facilmente entrar num novo círculo vicioso onde a depreciação do dólar resulte numa maior inflação, que, por sua vez, exige uma nova depreciação". Todos acabariam perdendo", disse ele.

Mais é preciso encontrar-se um caminho para escapar da camisa-de-força de uma política monetária e fiscal imobilizada, caso contrário a crise da dívida do Terceiro Mundo, o excesso de capacidade e o desemprego no mundo industrial e os problemas dos produtores de commodities acabarão resultando noutra depressão.

Leonard Silk do N. Y. Times.

Outros bancos, ainda de acordo com o *Journal*, não estariam preparados a seguir o Citicorp num confronto mais sério com o Bankamerica. É este o caso do Bankamerica, apesar de seu relatório à Comissão de Controle

Bancário do governo norte-americano, porque ele, entre todos os credores, seria o menos preparado para agüentar a moratória brasileira: só neste ano ele passaria a registrar lucros; após dois anos de grandes prejuízos.

Alguns bancos regionais aplaudiram o relatório do Citicorp, revela o *Journal*:

"Foi um verdadeiro ato de coragem, por causa da quantia de dinheiro envolvida", declarou um alto funcionário do Connecticut National Bank, Kenneth Taylor.

Uma longa disputa com o Brasil, como concluiu o *The Wall Street Journal*, vai reduzir substancialmente os ganhos dos grandes bancos americanos. Para esta conclusão, baseia-se num estudo feito por uma firma especializada em análises de reservas bancárias, a Keefe, Bruyette and Woods Inc. (veja a tabela), para a qual uma prolongada moratória causaria um prejuízo de 17%, em média, aos dez maiores bancos dos Estados Unidos, em 1986 — indo de 10% de perdas para J.P. Morgan até 32% para a Manufacturers Hanover Corp. Alguns bancos desautorizaram os cálculos, mas apenas porque foram feitos com totais mais elevados que os reais. Um exemplo: um porta-voz do banco First Chicago disse que seu crédito ao Brasil hoje está em torno de 733 milhões de dólares e não 789 milhões, o número que foi usado.

Moisés Rabinovici, de Washington.

Na Europa, sinais de mais compreensão pelo Brasil.

Se a volta ao mundo do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, foi recebida com hostilidade por certos governos de países visitados, caso da Grã-Bretanha, e com reservas por outros, tais como a França, Suíça e Alemanha Ocidental, uma certa compreensão já pode ser notada junto a alguns países e institutos de créditos, entre eles os EUA e o próprio FMI. Ontem, nos meios bancários franceses comentava-se as declarações feitas pelo novo diretor do FMI, o francês Michel Camdessus, segundo as quais os países em desenvolvimento mais endividados vêm fazendo esforços importantes para recuperar suas economias, mas advertindo:

"Esse processo está sendo ameaçado pela insuficiência de apoio e compreensão dos credores". A seu ver, tal atitude coloca em perigo os próprios créditos que se encontram nesses países.

O governo da França é um dos primeiros europeus a assimilar essa advertência. Uma importante fonte financeira lembra que essa já era a posição do antigo diretor-geral do FMI, Jacques de Larosière, atualmente sucessor de Camdessus na direção do Banco Central da França. Nessa linha de raciocínio, a mesma fonte indica a atitude assumida pelo governo dos EUA, recomendando aos bancos comerciais que não só um acordo com as Filipinas, mas também a concessão de certas facilidades para que não sejam aumentadas as dificuldades atuais do Brasil.

Só isso explica a evolução da posição do Citibank, buscando corrigir informações anteriores de que os créditos do Brasil poderiam ser classificados como no performing (difícies de serem recebidos). A corajando-o a continuar participando da direção do Banco não só reafirmou